



ORIGINAL
ORIGINAL

Editor

Dirceu Picinato

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses para a publicação do artigo.

Apoio

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo nº 13/02487-4).

Recebido

17 fev. 2025

Versão Final

16 abr. 2025

Aprovado

28 abr. 2025

Monopólio das águas: desmatamento, apropriação e urbanização em Ribeirão Preto, 1870-1950

*Monopoly of the waters: deforestation,
appropriation and urbanization in Ribeirão Preto,
1870-1950*

Daniel Deminice¹ 

¹ Universidade Federal Paraná, Departamento de História. Curitiba, PR, Brasil. E-mail: ddeminice@gmail.com

Artigo elaborado a partir da dissertação de D. DEMINICE, intitulada "A arte de se construir cidade em meio a política local: Ribeirão Preto, 1890-1960". Universidade de São Paulo, 2015.

Como citar este artigo/How to cite this article: Deminice, D. Monopólio das águas: desmatamento, apropriação e urbanização em Ribeirão Preto, 1870-1950. *Oculum Ensaios*, v. 22, e2515083, 2025. Doi: <https://doi.org/10.24220/2318-0919v22e2025a15083>

Resumo

Este artigo apresenta aspectos da história da apropriação da paisagem natural e urbana do Nordeste Paulista, durante o ciclo da cafeicultura, através da referência de dois profissionais que atravessaram a região naquele período: Pierre Monbeig e Saturnino de Brito. Sem perder de vista a leitura desses personagens, o artigo realiza uma breve história da apropriação da natureza neste território, especialmente ocupado pelas fazendas ao redor da cidade de Ribeirão Preto, em duas etapas: (i) na expansão agrícola durante o ciclo cafeeiro, que se inicia em 1870 e se caracteriza como um movimento bastante radical de transformação da paisagem; (ii) na apropriação hidrográfica do território pela Empresa de Força e Luz. Nesse sentido, o artigo problematiza alguns processos da história ambiental desta região nos dois contextos que provocaram grande devastação do bioma de transição entre o Cerrado e a Mata Atlântica. Além disso, aponta as injustiças ambientais da infraestrutura urbana de saneamento gerida pela empresa dos acionistas cafeicultores, que constituíram um monopólio regional sobre o saneamento e a eletricidade. Assim, o resgate daqueles autores serve para demonstrar a força destrutiva deste ciclo econômico de exportação do café sobre a natureza, bem como para expor as injustiças ambientais geradas pelos processos de urbanização.

Palavras-chave: Cafeicultura. História Urbana. História Ambiental. Nordeste Paulista.

Abstract

This article presents aspects of the history of the appropriation of the natural and urban landscape of northeastern São Paulo during the coffee-growing cycle, by referring to professionals who travelled through the region during that period: Pierre Monbeig and Saturnino de Brito. Without losing sight of the reading of these characters, the article gives a brief history of the appropriation of nature in this territory, especially occupied by the farms surrounding the city of Ribeirão Preto, in two stages: (i) agricultural expansion during the coffee cycle, which began in 1870 and is characterised as a fairly radical movement of landscape transformation; (ii) the appropriation of

water in the context of urbanisation by the Power and Light Company. In this sense, the article problematizes some of the processes in the environmental history of this region in the two contexts that caused great devastation to the transitional biome between the Cerrado and the Atlantic Forest. It also points out the environmental injustices of the urban sanitation infrastructure managed by the coffee-growing shareholders, who formed a regional monopoly on sanitation and electricity. Thus, rescuing these authors serves to demonstrate the destructive force of this economic cycle of coffee exports on nature, as well as exposing the environmental injustices generated by urbanisation processes.

Keywords: *Urban History. Environmental History. Northeast São Paulo. Coffee Growing.*

Introdução

A água é um elemento essencial na relação dos seres humanos com a natureza, tendo a sua localização e utilização profundamente associada à agricultura e à urbanização desde a antiguidade. Pode-se dizer que o cultivo de terrenos úmidos deu início à espiral agrícola, urbana e populacional que o mundo ocidental convencionou chamar de civilização (Benevolo, 1997). No entanto, após o advento do capitalismo industrial, as práticas agrícolas e extrativistas, muitas vezes, associadas aos núcleos urbanos na América Latina, vincularam-se aos processos de expropriação da natureza (Galeano, 1999). No Brasil, por exemplo, a rede urbana esteve ligada a este modelo de transformação da paisagem pela agricultura ou extrativismo de exportação de mercadorias no circuito internacional capitalista.

Segundo Ibáñez (2016), o urbano na América Latina ergueu-se sobre dois critérios: (i) a proximidade a um recurso natural a ser explorado; (ii) as fontes de água para subsistência ou produção. A cidade, nessa perspectiva, foi um lugar privilegiado de apoio à transformação das paisagens, o que significou a destruição da natureza e a extinção ou transformação de modos de vida autóctones em muitos territórios. No intuito de refletir de maneira crítica sobre este processo, o recorte do artigo é a transformação da paisagem do Nordeste Paulista a partir do olhar de dois profissionais: (a) o engenheiro Saturnino de Brito e (b) o geógrafo Pierre Monbeig. Ambos presenciaram o ciclo cafeeiro nesta região, isto é, Saturnino de Brito jogou luz ao auge daquele ciclo, quando a elite urbana demandava infraestrutura de saneamento; já Pierre Monbeig presenciou o seu declínio num momento em que a paisagem rural e urbana dava sinais de ruína. Embora de campos profissionais distintos, engenharia e geografia, ambos demonstraram uma preocupação com os impactos ambientais de tal processo econômico. Estas fontes, portanto, induziram a reflexão sobre a história ambiental da abertura desta fronteira agrícola ao café, bem como as injustiças ambientais contidas na infraestrutura urbana de saneamento dos núcleos urbanos deste território.

Nesse sentido, o artigo retoma a temática iniciada por Dean (1996) sobre a decadência de “mineradores” que ficaram vagando pela Floresta Atlântica, derrubando e queimando a vegetação para a abertura de posses extensivas até a chegada dos endinheirados cafeicultores. Tema também retomado por autores como Richard G. André (2019), que responsabiliza a cafeicultura pelo maior ciclo de destruição do bioma da Mata Atlântica, principalmente nos territórios serranos do Rio de Janeiro, sul de Minas Gerais, nordeste de São Paulo e norte do Paraná. Tombar árvores grandes do bioma, como pau-d’alho, figueira e peroba, tinha um efeito dominó sobre a floresta que depois era incendiada para receber um ou dois tipos de rubiáceas características destas *plantations*. Em seguida, os núcleos urbanos rodeados por cafezais foram acessados pelas ferrovias e atingidos por processos efêmeros e desiguais de urbanização. Em poucas décadas, este ciclo agroexportador consumiu a maior parte das florestas do Nordeste Paulista, deixando uma paisagem de ruínas, casarões desmoronados, estações fantasmas, solos áridos, natureza morta e cidades desiguais que foram, segundo Pierre Monbeig, “do viço à decrepitude sem parar na idade avançada”.

Fronteira Agrícola: desmatamento e cafeicultura

Monbeig (1984) aponta que, após quase quatro séculos de colonização, se abriu uma nova fronteira agrícola no Nordeste Paulista, onde até então existiam pastagens extensivas e florestas nativas, ainda pouco desbravadas, percorridas apenas pelos antigos caminhos das minas (Figura 1). Para além de Campinas, no sentido do rio Paraná, durante a sua passagem na década de 1950, ao final do ciclo cafeeiro, o autor descreve uma paisagem de florestas derrubadas, entremeadas por plantações já exauridas de café, pequenas culturas de subsistência e povoados feitos de casas de madeira. Apenas algumas cidades médias e pequenas compunham a rede urbana conectada às ferrovias que drenavam esse território pelas linhas da Araraquarense, Noroeste, Sorocabana, Cia. Paulista e Mogiana. Uma delas era Ribeirão Preto, que Monbeig descreve nos anos 50 como uma cidade “velha”, que ainda não somava quatro décadas, mas cujo apogeu já havia passado na década 1910, quando Saturnino de Brito estivera na região, o que demonstra a voracidade deste ciclo econômico agroexportador.

O mapa da Figura 1 apresenta este território agroexportador que se constituiu no Nordeste Paulista em seu auge, já com uma rede urbana envolta por cafezais e servida por uma rede ferroviária de diferentes companhias que disputavam o acesso ao valioso produto de exportação. No mapa, através das legendas, é possível identificar os serviços urbanos que cada uma das cidades já possuía, cuja estrutura de negócio será explorada no próximo tópico. Nele, também é possível perceber a dinâmica de abertura da fronteira agrícola que será descrita por Monbeig (1984), isto é, as florestas derrubadas dando lugar a campos de culturas diversas até serem incorporadas pelos

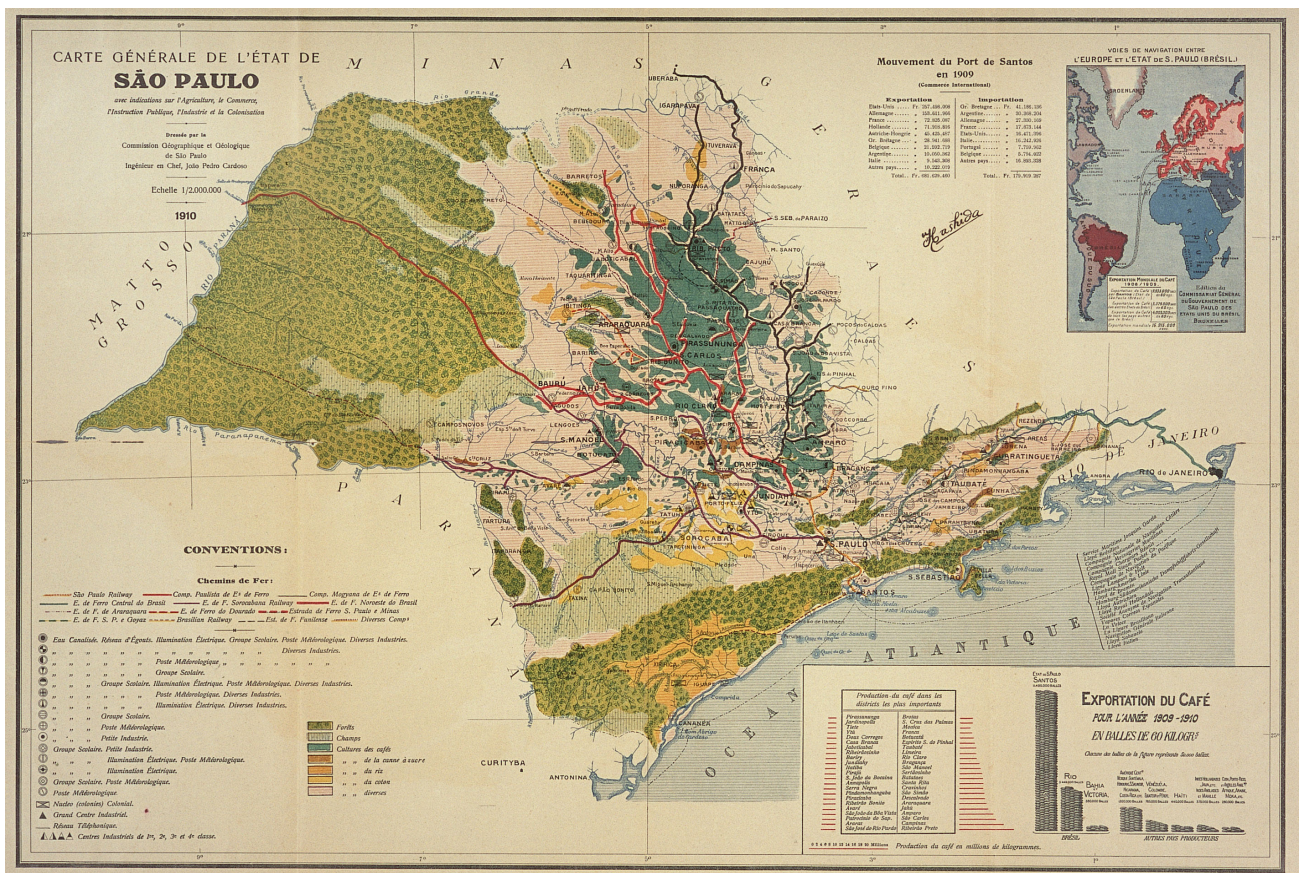


Figura 1 – Carta Geral do Estado de São Paulo, 1910.

Fonte: Acervo do Museu Paulista da USP.

cafezais envolvendo a rede urbana e servidos pelas ferrovias. O mapa ainda mostra o comércio de exportação, majoritariamente aos Estados Unidos, Alemanha, França, Holanda, Áustria-Hungria etc; os distritos agrícolas mais importantes, como Ribeirão Preto, Campinas, São Carlos, Jaú, Araraquara etc; Santos como o principal porto exportador de café. E, por fim, uma dinâmica comercial superavitária para a Grã-Bretanha e a Argentina, possivelmente, associada aos produtos industrializados e à carne, respectivamente.

Para entender essa dinâmica de abertura da fronteira agrícola será dado enfoque a Ribeirão Preto, que se tornou o distrito agrícola de maior volume produtivo de café. A formação da cidade se iniciou por volta de 1850, num território drenado pela bacia hidrográfica do rio Ribeirão Preto, através de uma complexa dinâmica de doações de terras à Igreja Católica, como uma estratégia para dar legitimidade ao povoamento e garantir a propriedade fundiária. Este artifício de garantia da posse rural criou outra forma de domínio fundiário: o terreno urbano. Assim, a partir do antigo Largo da Matriz, num ponto elevado próximo à confluência de dois rios, o loteamento de terrenos foi realizado dentro da área do Patrimônio Religioso (Garcia, 2013). Durante o ciclo cafeeiro, a retícula urbana se expandiu para fora desse perímetro, acompanhando os diversos rios que irão estruturar o tecido urbano, ou seja, a confluência entre os rios Retiro Saudoso e Ribeirão Preto demarcaram uma espécie de fronteira entre o sul e o norte da cidade.

A ocupação desta região do Nordeste Paulista, todavia, remonta à pecuária extensiva no antigo Caminho de Goiás, com o “ciclo do gado” no século XVIII. Este território era, então, conhecido como um vasto “sertão”, habitado por índios e coberto por florestas altas com boa disponibilidade de madeira. Ao longo das estradas de Goiás e Mato Grosso foram sendo criados pousos, núcleos de povoamento e pontos de partida da ocupação pecuária, numa conjuntura econômica favorável a este tipo de integração mercantil do interior colonial (Brioschi, 1999). A fronteira agrícola do Nordeste Paulista, portanto, se inicia na escarpa das serras Geral e Botucatu, indo até os rios Grande e Paraná, abrangendo os afluentes da margem esquerda da bacia do Paraná, que no século XIX funcionaram como barreiras da invasão agrícola.

Os planaltos da margem esquerda da bacia do rio Grande, onde hoje restam apenas alguns blocos florestais, eram compostos pela Mata Atlântica - Florestas Estacionais Semidecíduas e Cerradão (Ab'saber, 2003) - como ilustra a Figura 1. Tais florestas tropicais, menos úmidas durante os invernos, possuíam muita densidade e diversidade arbórea, apesar de não serem sempre verdes como nas planícies costeiras e zonas de encostas das serras que acompanham o litoral brasileiro. Isto se deve às secas de outono e inverno que duram 3 meses, o que as assemelham, em algumas paisagens, às florestas do Planalto Central Brasileiro, com altitudes que variam entre 700 e 1.000 metros. A fertilidade dos solos, permeáveis de cor vermelha, era incrementada pela serrapilheira, fazendo com as florestas adquirissem um porte alto, com algumas árvores com mais de 40 metros (jequitibás centenários). Apenas ocasionalmente estas florestas se incendiavam nos períodos secos, e a flora era rica de gameleiras, jataúbas, araribás e canela-imbúias. Os destaques, todavia, eram os jequitibás, pau-jacarés, cabreúvas, imbaúbas, cedros, paineiras, perobas, jacarandás, isto é, madeiras visadas e de grande valor (Coutinho, 2016).

Segundo Monbeig (1984), com a expansão das fazendas de criar ao longo do XVIII e XIX, os povos indígenas fugiram para os campos e cerrados de Mato Grosso e Goiás na parte oriental da bacia do rio Grande. Em 1822, após a Independência, o regime de sesmarias oriundo do Código Filipino foi extinto e, até a Lei de Terras de 1850, a ocupação rural em todo Brasil passou por uma indefinição jurídica que inflou o regime de posses nas regiões fronteiriças às principais redes urbanas. No Nordeste Paulista, a baixa densidade demográfica e a ausência de titulação

permitiu aos entrantes (“antigos mineradores”) a constituição de grandes posses rurais voltadas ao mercado interno. As demarcações das fazendas já ocupavam grande parte deste território na primeira metade do século XIX, ainda que as posses fossem frágeis e extensas. Aos posseiros era fundamental o aproveitamento das pequenas bacias hidrográficas e as fazendas foram sendo definidas pelas próprias linhas formadas pelos cumes de morros e leitos de rios. O acesso aos cursos d’água foi imprescindível às atividades de criação e subsistência, podendo a sua falta forçar a venda das terras e a dissolução da posse (Bacellar, 1999).

Monbeig (1984) descreve três levas sucessivas de pioneiros: (i) os povos indígenas - *Tupis-Guaranis* disseminados pela bacia do Paraná ao sul do rio Tietê; *Caiapós* espalhados pelos planaltos entre o rio Grande e o Tietê; e os *Kaingang* numa vida fluída por todo este território. Através de conflitos sangrentos, estes povos indígenas foram sobrepostos pelo segundo grupo: (ii) os mineiros - brancos bugreiros e desbravadores que perambulavam pelos planaltos estabelecendo posses sobre bacias hidrográficas até a formação da rede urbana paulista. Casa Branca, Moji-Mirim, Moji-Guaçu, Limeira, Araras, Batatais, Franca, Barretos, São Simão, Cajuru e Ribeirão Preto - cidades que entremeiam a estrutura fundiária do Nordeste Paulista para além das escarpas da Serra de Botucatu. Entre 1880 e 1910, segundo o geógrafo, destacaram-se entre os pioneiros, o terceiro grupo: (iii) os grandes fazendeiros de café - famílias extensas fundadoras de sociedades bancárias e ferroviárias (Monbeig, 1984). Posteriormente, tais famílias serão gerentes, administradores, proprietários e acionistas de empresas de serviços urbanos - saneamento e eletricidade - de inúmeras cidades desta rede urbana que se formou no Nordeste Paulista.

No século XIX, o espigão que divide as águas que compõem as bacias dos rios Pardo e Mogi-Guaçu já havia sido ocupado por um tipo de posse frouxa paralela aos rios. Aposseamentos de terra, nesta região, partiam dos núcleos urbanos de Mogi-Mirim, Casa Branca e São Simão, até a fundação de novas vilas, como Ribeirão Preto. Em 1856, a divisão judicial das fazendas do Retiro e Barra do Retiro, após a doação de uma gleba à Igreja Católica em nome do padroeiro São Sebastião, ocorreu para dar legitimidade às terras em torno do Patrimônio Religioso da nova vila. A terra do santo, que dá origem ao núcleo urbano, também se tornou uma garantia jurídica fundiária, gerando títulos negociáveis no mercado de terras. No caso de Ribeirão Preto, a doação ao santo garantia a propriedade das fazendas das Palmeiras, Retiro, Barra do Retiro, Laureano, Ribeirão Preto Acima etc., que tinham as mesmas características das outras posses de terras dos vales do Nordeste Paulista. Ou seja, a frouxidão na demarcação de seus limites fez os posseiros enxergarem na formação de núcleos religiosos, origem da rede urbana, uma forma de monopolizar a terra dentro de suas famílias extensas. Isto possibilitou o comércio de terra agrícola no mercado cafeeiro a partir de 1870, ou ainda o loteamento urbano nas cidades que mais cresceram desde a primeira década do século XX (Garcia, 2013).

Os rios, portanto, foram fundamentais; primeiro, para a sustentação da posse e, em seguida, para doação, legitimação e demarcação das fazendas e do Patrimônio Religioso. O rio Ribeirão Preto, por exemplo, aparece como uma linha vertente da demarcação realizada pelos herdeiros da Fazenda do Retiro, na fronteira com a fazenda Laureano. O rio Pardo, por sua vez, demarca o limite da Fazenda do Ribeirão Preto ao norte da cidade. Já o rio Retiro Saudoso demarca as fronteiras entre a Fazenda do Retiro e a Fazenda das Palmeiras (Figura 2). Não era mera coincidência que as demarcações dessas posses dessem importância às águas, aos fundos dos vales e aos espigões nas vertentes dos morros. Algumas famílias foram bem sucedidas em evitar a desagregação territorial através de casamentos consanguíneos, como no caso da família Junqueira, após a aquisição de enormes extensões de terras dentro alianças matrimoniais, evitando a fragmentação no interior de um círculo familiar fechado.

A modernização agrícola agravou a degradação ambiental, já iniciada pelas fazendas de criação. A transformação do sertão do Rio Pardo, na maior região produtora de café do mundo, também exigiu relações de violência por parte das famílias mais poderosas. Estas utilizaram os serviços de capatazes, capangas e criminosos, para impor contratos, disciplina entre os colonos, a venda de propriedades menores e a derrubada da floresta (Jorge, 2004). Sem essas práticas violentas não teria sido possível implantar o sistema de grande lavoura definido por Dean (1977) como: *um ciclo de expropriação da terra e destruição de florestas de clima ameno de altitude, vegetação densa e porte alto*. Desse ponto de vista, portanto, o ciclo cafeeiro representou uma clara ruptura ambiental, levando à extenuação do solo, cuja fertilidade sustentava uma grande diversidade biológica.

Na esteira de transformação desta paisagem, em virtude do acúmulo de capitais gerados pela cafeicultura, Martinho Prado Junior, com o apoio de sua família, herdeiros do Barão de Iguape, constituiu três grandes fazendas na região de Ribeirão Preto. “Bom” republicano e “abolcionista”, empregou trabalhadores livres, vindos da Bahia, para “limpar” as florestas da Fazenda Guataparã nas margens do rio Mogi-Guaçu, devastando grande parte do espigão do vale oposto ao rio Pardo (Sousa, 2009). A última das fazendas de Martinho Prado Junior foi comprada em sociedade com o seu irmão mais velho, o ex-prefeito de São Paulo, Conselheiro Antônio Prado, sendo essa a maior propriedade da família - Fazenda São Martinho - que possuía doze mil alqueires e mais de três milhões de pés de café, plantados próximos de onde hoje está a cidade de Pradópolis. Assim, grande parte das terras da margem direita do rio Mogi-Guaçu, que na Figura 2 é possível identificar como oriundas de três sesmeiros - José Pinto Tavares, José Manoel Ferraz e Manoel Rodrigues de Barros, apossadas em meados do século XIX pela família Junqueira, tornaram-se propriedades agroindustriais da família Prado.

Em 1917, 40 anos depois da chegada da família Prado em Ribeirão Preto, no lugar das antigas florestas frescas e biodiversas, havia 37 milhões de pés de café nas escarpas pouco íngremes que caracterizam o relevo da região. Paralelamente a expansão dos cafezais, ocorre a ampliação das redes ferroviárias partindo de Campinas e Jundiaí rumo ao Nordeste Paulista. Os ramais encurtaram o trajeto até o Porto de Santos, mudando a dinâmica de um comércio, até então, feito pelas tropas de mulas. A incorporação dessa região, como uma lavoura de exportação, consolida toda a ocupação do território do Nordeste Paulista, por uma rede urbana criada a partir do interesse dos fazendeiros inseridos no mercado de terras que se oficializou em 1850. Tais cidades, futuramente, já conectadas pelas ferrovias, também se tornaram plataformas dos negócios urbanos oriundos da cafeicultura.

Monbeig (1984), que percorreu a região durante os anos de 1950, descreve os planaltos do Nordeste Paulista como ondulações suaves e contínuas, com cada um dos morros e espigões dividindo as bacias hidrográficas, isolados entre dois vales, numa espécie de esporão afunilado formando linhas de relevo sutis (Figura 3). Tais platôs foram aproveitados para a instalação das linhas férreas e, posteriormente, também para as estradas de rodagem. Desta característica de relevo surgiu o termo espigão, como o cume de um telhado que divide as águas das bacias hidrográficas. O clima tropical, as duas estações bem definidas de seca e chuva, permitiu a adequação das atividades agrícolas e, conseqüentemente, a devastação florestal, numa perda imensurável de espécies arbóreas e de fauna.

O ano agrícola na cafeicultura, segundo Monbeig (1984), iniciava-se em outubro, após o fim do período seco, quando eram feitos os contratos com os colonos. Durante a primavera ocorria a limpeza do terreno, aração e semeadura das culturas de subsistência, bem como o plantio de novos cafezais, que levavam anos para frutificar. Também na primavera, ocorria a floração dos cafezais mais velhos, deixando as paisagens verdes, menos monótonas, com milhares de pequenas flores brancas.

até o final dos contratos, em setembro, com o trabalho de secagem e beneficiamento do produto. Assim, julho, agosto e setembro, quase todo o trabalho era dedicado ao café. Única exceção era o trabalho no desmatamento, que se iniciava em abril, início da estação seca, quando os derrubadores de florestas preparavam-se para abater novas glebas de terra. Durante o mês de julho, as árvores abatidas tinham tempo para secar até serem consumidas pelo fogo a partir de agosto. Desta maneira foram destruídas duas regiões botânicas distintas que estavam presentes nesta região do Nordeste Paulista, segundo Monbeig (1984), uma mistura de grandes florestas e campos, mais ou menos, abertos, numa zona de transição entre a Mata Atlântica e o Cerrado (Figura 4).

O cultivo do solo, assim como em outras regiões tropicais, provou seu rápido esgotamento, por isso era essencial à economia cafeeira a abertura de novas glebas, através da derrubada de florestas anualmente. Entre a Serra Geral e o rio Paraná, os solos compõem-se, basicamente, de basaltos e arenitos, a famosa “terra roxa”, solo mais atraente dessa fronteira agrícola, que se origina da decomposição dos basaltos em regiões de afloramento de camadas irregulares em meio ao arenito, característica dos planaltos de Ribeirão Preto e Norte do Paraná, em altitudes elevadas entre 500 e 900 metros, afastados dos grandes cursos d’água. Os blocos de basalto são visíveis no fundo dos rios e os fazendeiros procuravam terras pouco profundas para que os cafezais criassem raízes de ao menos três metros, sem sofrerem, dessa forma, pelo excesso de água por conta da infiltração, ou, por outro lado, sobreviverem à seca ao acessarem reservas mais fundas e o lençol freático (Figura 5).



Figura 5: Solos.

Fonte: Monbeig (1984).

A fertilidade da terra, entretanto, também associava-se à vegetação, que a revestia por muito tempo, gerando riqueza de matéria orgânica concentrada no primeiro metro de profundidade do solo. Monbeig (1984) desmistifica o mito sobre a extensão e perenidade das “terras roxas”, como se elas cobrissem todo o interior paulista, quando na realidade formavam apenas algumas manchas, onde os blocos basálticos afloram. O mais comum no oeste de São Paulo são os solos formados pelos arenitos, onde predominam os areiões de tonalidade clara, facilmente levados pelo vento. Esse fenômeno gerou a formação de alguns cinturões improdutivos, que as ferrovias precisavam atravessar para acessar as regiões mais férteis. Por outro lado, isso fez com que algumas florestas

fossem preservadas pelo menos até o fim do ciclo cafeeiro. Nesse sentido, as paisagens vegetais originárias também possuíam algumas distinções em função do solo e clima. As florestas de solo basáltico foram as que mais atraíram os desbravadores, pois eram densas e recobertas de cipós, epífitas, bromélias e orquídeas, algumas árvores ultrapassavam quarenta metros de altura, como os jequitibás, as figueiras e, especialmente, as araucárias do Paraná.

Um segundo andar dessas florestas era formado pelos cedros e canjaranas. O primeiro andar pelas samambaias e palmeiras. Até, por fim, na altura do caminhar, um horizonte herbáceo. Esse tipo de mata também cobria os solos mistos, tornando-se menos densas nos arenitos, embora ainda mantivessem grande diversidade e sobreposições arbóreas, entre jacarandás, peróbas, ipês e angicos. Além de queimadas, muitas destas árvores foram utilizadas como madeira de construção civil, pois eram quase as mesmas das florestas da Serra do Mar, já conhecidas pelos madeireiros. Nos solos menos férteis, as mesmas espécies apenas diminuía de tamanho, sem as epífitas, cipós e samambaias, abrindo espaço para as gramíneas, ou seja, o que ficou conhecido como “campos” e “cerradão”, antes ainda das árvores tornarem-se mais retorcidas, com os troncos cheios de nós e cascas espessas do Planalto Central brasileiro.

A marcha paulista foi feita contra a floresta, praticamente eliminada do planalto pelas derrubadas e queimadas. No interior de São Paulo, a destruição foi intensa, num ciclo de 50 anos. Durante a sua passagem, Pierre Monbeig nota a falta de lenha para abastecer as locomotivas. As próprias serrarias, na década de 1950, já estavam em vias de desaparecimento, o que elevaria o custo da construção civil, em virtude da necessidade da importação de madeira de novas fronteiras agrícolas. Essa intervenção agrícola modificou as condições hidrológicas desse território, gerando a deterioração radical dos solos, como em algumas regiões onde a “terra roxa” transformou-se em lateritos de aspecto muito denso e endurecido. Isso prejudicou, historicamente, a recomposição dos lençóis freáticos e aquíferos. Os rios passaram a correr mais rápido uma vez que a floresta deixou de conter e consumir a água. Com o desflorestamento, as chuvas também passaram a transportar os elementos férteis do solo, que eram renovados pelas florestas e redistribuídos pelas chuvas na forma de matéria orgânica. Mesmo as melhores camadas mais férteis de terra roxa não duraram mais de 30 anos neste tipo de cultivo organizado pela economia cafeeira. A vinte centímetros de profundidade formava-se o “cascão”, por onde as raízes não conseguiam mais penetrar, por isso, os fazendeiros transformavam essas plantações em pastagens, agravando a erosão e a compactação.

Monopólio hídrico: urbanização e apropriação

Ao visitar a cidade em 1912 (Brito, 2015), Saturnino de Brito critica o esgotamento da natureza, apontando para os processos erosivos causados pelos cafeeiros. Além disso, sugere a aplicação de uma lei de proteção aos mananciais dentro das fazendas de café, para que não avançassem sobre as várzeas dos rios. Em sua breve estadia em Ribeirão Preto, o engenheiro nota que a cidade faria a captação de água nas bacias hidrográficas em meio aos cafezais. Logo, a derrubada das florestas das encostas ou vertentes das bacias, mesmo que pouco íngremes, vinha provocando enxurradas e erosões com o assoreamento dos rios e a deterioração da qualidade das águas. Isso era muito comum durante o verão, e algumas tempestades abriam enormes sulcos nos cafezais desprovidos de florestas, provocando grande dano às bacias hidrográficas. Durante sua passagem, em 1912, além da proteção ambiental aos mananciais e suas margens, Saturnino de Brito sugere a criação de assentamentos agrícolas de imigrantes japoneses, em algumas várzeas pantanosas férteis, para que eles cultivassem uma variedade de culturas agrícolas com o objetivo de “sanear” os terrenos e garantir a segurança alimentar da população.

Saturnino de Brito trazia a região um olhar ambiental, pensando a paisagem a partir da biodiversidade e sugerindo a proteção ecológica necessária para garantir a qualidade dos mananciais, o fim das erosões e voçorocas, a diversificação da economia cafeeira e a redução do custo de vida dos trabalhadores. A reestruturação fundiária gerada pela chegada dos cafeicultores, trazendo novas dinâmicas de exploração do território, também se refletiria na cidade, principalmente em torno da transformação de infraestruturas urbanas, que se tornam novas oportunidades de negócios. Para conquistar as concessões públicas de obras e serviços urbanos, os agentes dos cafeicultores disputaram a política oligárquica, com a formação de grupos parlamentares e a ocupação da máquina administrativa da Câmara Municipal. Um exemplo que envolve a apropriação dos recursos hídricos deste território é a concessão do saneamento de Ribeirão Preto à Empresa de Águas e Esgotos da família Prado.

A concessão ocorreu durante a Primeira República, quando o espaço urbano de Ribeirão Preto se ampliava junto ao seu crescimento populacional. As três primeiras décadas do século XX demarcam um verdadeiro frenesi na construção material da cidade, sendo o período da construção de inúmeros edifícios e equipamentos ainda presentes no Patrimônio Histórico Material de Ribeirão Preto. Importante para esse crescimento foi também o Núcleo Colonial Senador Antônio Prado, criado na zona norte da cidade pela Sociedade Promotora da Imigração e o Ministério da Agricultura por influência da família Prado. Diante das transformações, o espaço urbano salta de cinco mil habitantes, em 1873, para 70 mil, em 1920, ainda que, em 1912, a região de Ribeirão Preto fosse ocupada por 319 propriedades rurais, sendo o principal destino dos imigrantes, apesar dos bairros suburbanos já se desenvolverem com certa intensidade na zona norte da cidade (Silva, 2008).

A virada do século marca uma transição e, ainda que o sistema do latifúndio não entre em declínio, a urbanização torna-se também uma fonte de acumulação capitalista. Nesse processo de modernização, as promessas liberais sobre a ampliação do acesso aos serviços urbanos como água, esgoto, energia, transporte e educação, não seriam cumpridas de maneira universal, apesar de sua oferta como uma mercadoria já ser explorada. Ainda que a urbanização se torne a plataforma de alguns circuitos econômicos, a cidade permanecerá por muito tempo como nóculo da exploração agrícola da paisagem. Todavia, a transformação da cidade promove uma separação entre dois territórios definidos pelos canais dos rios Retiro Saudoso e Ribeirão Preto. A montante dos rios, ao sul, uma cidade burguesa, equipada por calçamento, eletricidade, drenagem, água e esgoto; a jusante do Ribeirão Preto, uma cidade operária, fabril e rural, sem água encanada, com pouca iluminação, sem coleta de esgoto e drenagem da chuva. O saneamento, portanto, reproduz uma contradição discricionária dos melhoramentos urbanos restritos ao eixo centro-sul, lugar privilegiado da cidade.

O traçado dos canos da rede de abastecimento de água acaba por definir o perímetro das ruas privilegiadas pelos melhoramentos urbanos. A água limpa captada nos mananciais das fazendas era bombeada até o reservatório localizado na parte alta do centro, a partir daí percorria toda a tubulação por gravidade até chegar ao entroncamento dos rios no vértice noroeste do quadrilátero central. Não foram encontradas informações sobre uma estação de tratamento de esgoto, sendo provável o despejo *in natura* a jusante do Ribeirão Preto. No território da cidade burguesa: água limpa encanada e esgoto coletado; no território da cidade operária: ausência de água limpa encanada e contaminação do seu rio principal com esgoto. A população dos bairros operários, por não possuírem rede de abastecimento, utilizavam as águas dos rios da bacia do próprio Ribeirão Preto, tendo sob a sua responsabilidade a escolha por mananciais não contaminados. Ao longo do século XX, a rede se expande vagarosamente ao lado operário da cidade: Vila Tibério, Barracão e Campos Elíseos, mas não se universaliza a toda população.

Saturnino de Brito pensava outra cidade através do saneamento², em que a rede não privilegiasse as grandes indústrias e a captação de água fosse destinada a toda população. Além disso, defendia que estes serviços fossem públicos ao invés de privados e geridos como um negócio lucrativo. O poder público deveria gerir o saneamento com o orçamento da cidade, pois, muitas vezes, o serviço seria deficitário. Além disso, os serviços de água e esgoto deveriam estar articulados às outras infraestruturas ambientais de drenagem urbana, como os parques para a proteção dos rios e uma maior densidade vegetal para diminuir as enchentes e enxurradas. Saturnino de Brito defendia que a captação das águas do sistema não deveria ficar restrita exclusiva às nascentes ou fontes, mas também captar as águas dos rios. Nesse ponto, Saturnino de Brito sugere os dois tipos de captação, ou seja, uma vez que a Empresa dispunha de 2.500m³ diários de águas cristalinas das nascentes, que não precisavam de filtragem, ele propõe a captação de 3.500m³ dos rios Pardo e Ribeirão Preto, que bem filtradas poderiam somar 6 mil m³. Logo, com este volume seria possível abastecer 30 mil pessoas na cota de 200 litros por habitante, possivelmente, a metade da população do município, ou toda a população urbana, visto que o município ainda era eminentemente rural (Deminice, 2015).

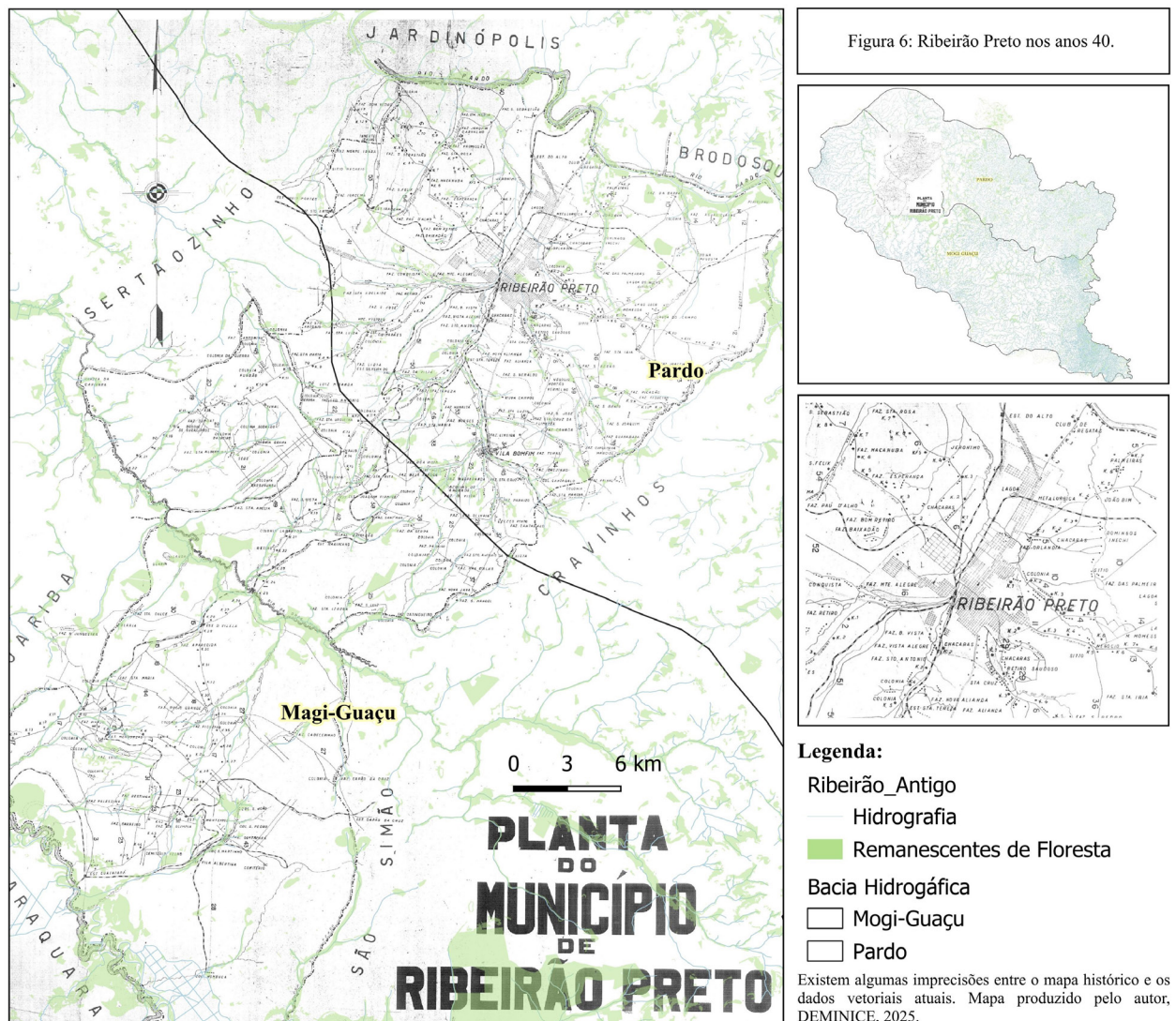


Figura 6 - Ribeirão Preto nos anos 40.

Fonte: Deminice (2025).

² Um ótimo trabalho sobre as linguagens urbanísticas de Saturnino de Brito é Andrade (1992).

Na década de 1910, a Empresa de Água e Esgoto se funde à Empresa de Força e Luz (Deminice, 2015), formando uma corporação cujos principais acionistas foram os integrantes da família Silva Prado. O objetivo desta nova empresa passa a ser a formação de um monopólio sobre os recursos hídricos do Nordeste Paulista. Assim, a Empresa de Força e Luz adquire os contratos de saneamento (água, esgoto e drenagem); e eletricidade (iluminação e bondes), de inúmeros municípios da região. Depois destas aquisições, ela assume o controle de várias bacias hidrográficas do Nordeste Paulista; primeiro, para organizar os sistemas de abastecimento de água, coleta e despejo de esgotos; segundo, para utilizar os rios como recurso hidráulico na produção de energia. Dessa forma, a Empresa de Força e Luz se apropria do potencial energético das corredeiras, gargantas e cachoeiras dos rios do Nordeste Paulista, que se tornam também hipotecas para a Empresa se capitalizar junto aos bancos franceses e ingleses (Deminice, 2015).

A Empresa de Força e Luz já existia, desde 1898, sob a direção de Rufino A. de Almeida, em 1909, porém, ela é adquirida pelo grupo de acionistas sediado em São Paulo, sob a gerência de Flávio de M. Uchoa em Ribeirão Preto. No momento da aquisição da Força e Luz, a empresa já distribuía energia através de uma modesta usina hidroelétrica no centro da cidade, utilizando o represamento das pequenas corredeiras do Ribeirão Preto. Na estiagem, entretanto, o potencial da usina ficava reduzido a menos de 100 cavalos, o que não era suficiente para abastecer as 1.800 casas que possuíam energia na cidade, além da rede de iluminação pública (Lima, 2004). A demanda gerada pelo crescimento urbano, vem a se somar a demanda das fazendas de café, já com enormes máquinas de beneficiamento do produto, tornando-se uma grande oportunidade de negócio aos acionistas da família Silva Prado, que promovem a fusão dos serviços de água, esgoto e eletricidade.

No estatuto da Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto de 1912, os acionistas a transformam numa Sociedade Anônima (S.A), cujo inciso C do segundo artigo estabelecia como objetivo: “Obter contratos e privilégios nos municípios vizinhos para exploração de força e luz e serviço de água e esgoto”. Para obtê-los seriam necessários os capitais aumentados numa assembleia geral dos acionistas de 1910, que votam pela sua elevação através de um empréstimo de 1 milhão e 200 mil réis em debêntures (títulos de créditos pagos com juros), junto à William Fox Rule, que Plínio da Silva Prado havia contratado em nome da Empresa de Força e Luz. Em 1912, outro empréstimo de 3 milhões de Francos é contraído junto à *Société Financière et Commerciale Franco Bresilienne*, numa escritura de dívida garantida pela hipoteca, penhor e fiança dos bens de raiz da Empresa. Entre os bens se vê o seguinte: (a) a cachoeira da Fervura e suas margens no rio Sapucahy, onde existe a barragem para produção de 5 mil cavalos, um canal de mil e duzentos metros e uma usina geradora; (b) a cachoeira Dourados com uma força aproveitável de mil cavalos também no rio Sapucahy (Deminice, 2015).

A capitalização da Empresa de Força e Luz de Ribeirão Preto, junto aos credores internacionais, se dá mediante a hipoteca do potencial energético de duas cachoeiras no rio Sapucaí, cujas terras marginais eram propriedades da empresa. O rio Sapucaí, afluente do rio Grande, nasce em Minas Gerais, cruza a ponta mais extrema do Nordeste Paulista, entre a cidade de Franca e Batatais, numa região marcada por alguns acidentes de relevo, entre o solo de basalto e arenito, até desaguar no rio Grande, onde existe o reservatório Porto Colômbia (Figura 7). Numa escala mais ampla, da escarpa ou cuesta Geral e de Botucatu, numa faixa de quinhentos quilômetros, até os rios Grande e Paraná, a característica do relevo do Nordeste Paulista é o encontro dos derrames de basalto com o arenito de Botucatu, uma rocha mais fraca de cor avermelhada que decompõe facilmente ao contrário do basalto (Monbeig, 1984). A declividade do planalto paulista, após a escarpa no sentido oeste até o rio Paraná, gerou no Nordeste Paulista uma desordenação na rede hidrográfica, que desce das

terras altas, a partir do reverso da cuesta e percorre variações de altitude entre 900 e 500 metros. No geral, as vertentes dos vales principais possuem uma inclinação suave, porém, alguns vales esculpidos nos arenitos formam encostas, paredões e gargantas. Desse modo, os rios do planalto ocidental paulista apresentavam uma sucessão de seções acidentadas com cachoeiras, saltos e quedas, ainda que com trechos longos de baixa correnteza.

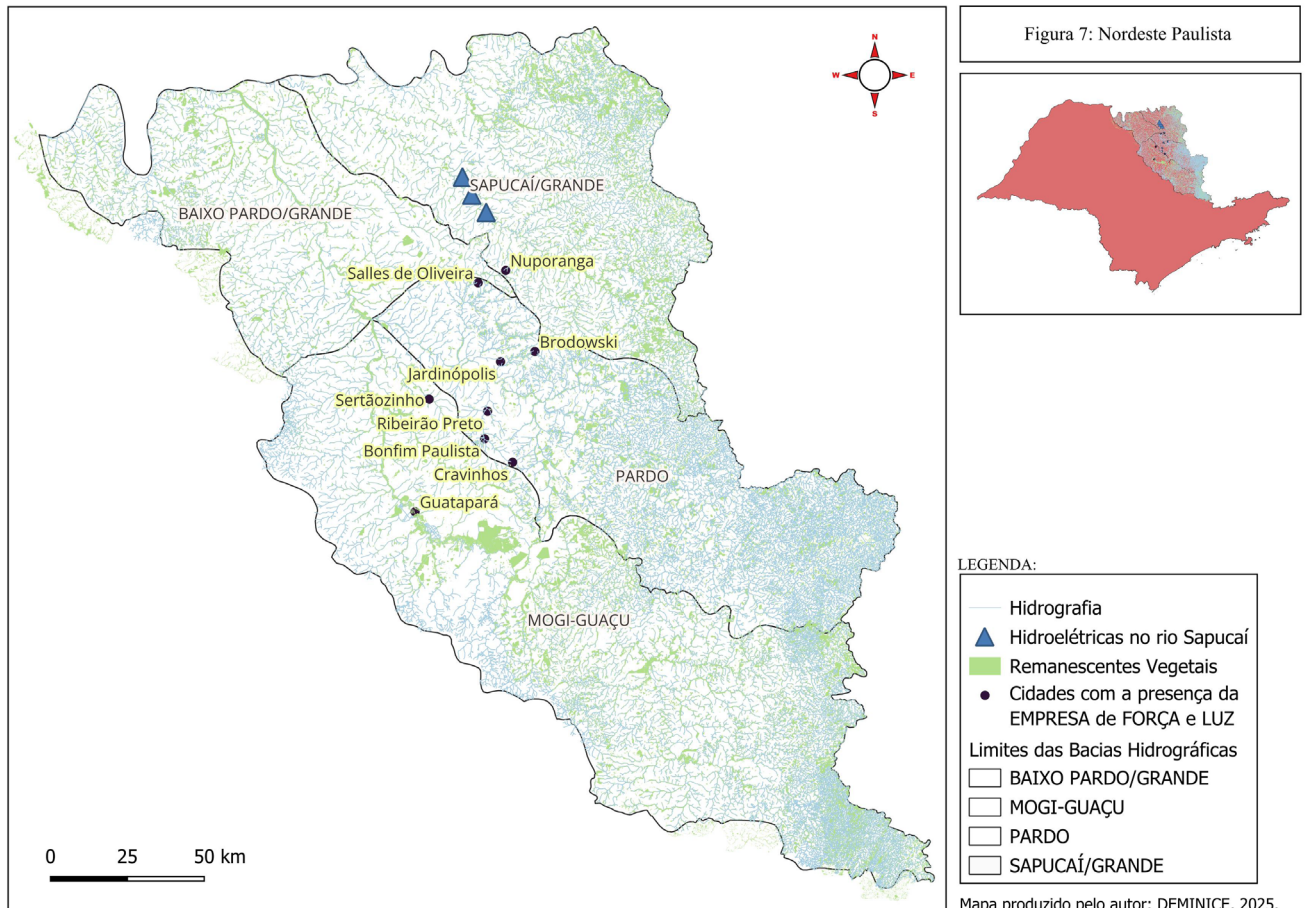


Figura 7 – Nordeste Paulista.

Fonte: Deminice (2025).

Foi aí, portanto, que a Empresa de Força e Luz, após realizar a capitalização de recursos, construiu a Usina Hidrelétrica de Sapucahy-Mirim, a 69 quilômetros de Ribeirão Preto, próxima a São Joaquim da Barra, habilitando-se para a absorção dos contratos e privilégios dos serviços de eletrificação urbana do Nordeste Paulista. No livro da Empresa de 1912, aparecem os seguintes contratos: Ribeirão Preto - água, esgoto e energia; Cravinhos - água, esgoto e energia; Nuporanga - energia; Jardimópolis - energia; Brodowski - energia; Sertãozinho - energia. A Usina Hidrelétrica da Empresa, entretanto, com potência de 10 mil cavalos ainda permitiria o abastecimento de energia num território de 2.200 km², onde se encontravam, além daquelas cidades, 250 fazendas de café, cuja produção anual vinha superando 6 milhões de arrobas ou 500 mil sacas de café, o que equivalia a metade de toda a produção do território servido pela Estrada de Ferro da Mogiana (Deminice, 2015).

Este território compreendia aquele que Martinho da Silva Prado havia vislumbrado na década 1870, ou seja, menos de 40 anos depois, a sua família construiu um dos empreendimentos capitalistas mais lucrativos do país durante a Primeira República. A partir da nova Usina, a eletricidade

gerada era levada para as diversas subestações em Salles de Oliveira, Jardinópolis, Bonfim Paulista, Guataparará, Sertãozinho e Cravinhos. No Almanach Ilustrado de 1911, revista bilíngue (português/francês), organizada por Martinho da Silva Prado, existe um tópico apenas sobre a Empresa de Força e Luz, que a retrata como uma das mais poderosas companhias particulares do país, com um capital de 5 mil contos de réis, além de ter entre os seus acionistas Plínio Prado, também diretor da casa de exportação Prado Chaves & Cia. Já o Almanach O Brasil Ilustrado de 1922, aponta para a Empresa de Força e Luz como uma das maiores empresas capitalistas do Estado de São Paulo. Em 1922, a Empresa de Força e Luz é vendida ao grupo canadense e estadunidense *Electric Bond & Share*, como parte da estratégia de capitalização de Flávio de M. Uchoa para adquirir os equipamentos da Cia. Eletro-Metalúrgica, instalada na zona norte de Ribeirão Preto. Mais uma tentativa de reestruturação dos negócios da Família Silva Prado, embora os serviços de água e esgoto tenham permanecido sob a sua gestão até 1955 (Deminice, 2015).

Conclusão

Na década de 1950, Pierre Monbeig aponta que a cultura devastadora das marchas pioneiras já havia quase completado a destruição da natureza do Nordeste Paulista, subsistindo na região apenas restos de florestas, cada vez mais, fragmentados, isolados e reduzidos. Nessa perspectiva, este artigo procurou demonstrar aspectos da história ambiental, econômica e urbana deste ciclo de degradação do bioma da Mata Atlântica, numa região de transição entre o Cerrado e as Florestas Estacionais Semidecíduas. Embora com características particulares, a história ambiental do Nordeste Paulista possui, portanto, semelhanças com a história de diferentes regiões do mundo que, durante a etapa da revolução industrial, sucumbiram aos processos de expropriação da natureza nas diferentes escalas do capitalismo. A segunda metade do século XIX no Nordeste Paulista, somada aos períodos mais antigos de caça e guerra aos povos indígenas, significou a completa transformação da paisagem, com a irreversível destruição das florestas atlânticas e de cerrados que ali se desenvolveram há milhares de anos.

Além de toda diversidade de fauna e flora consumida num curto espaço de tempo pela dinâmica agrícola das fazendas cafeicultoras, a rede urbana que apoiou este ciclo econômico, junto à malha ferroviária, não se constitui de cidades justas, igualitárias e ambientalmente equilibradas. Ao contrário, esta fronteira agrícola legou cidades devastadas do ponto de vista ambiental, espacialmente desiguais, cada vez mais adensadas por populações à espera de novos ciclos econômicos agrícolas e industriais. Isto é, como o próprio Pierre Monbeig apontou, cidades que nunca alcançaram a sua fase adulta em termos de igualdade socioespacial, direito à cidade, equilíbrio social e preservação ambiental. Ao contrário, a chegada de um novo ciclo econômico, essencialmente, agrícola, sempre promove a ruína do legado urbano do ciclo anterior. A história das primeiras redes de saneamento e eletricidade construídas pela Empresa de Força e Luz, a partir do capital gerado pela cafeicultura, e posteriormente vendidas e abandonadas em proveito de novas oportunidades de acumulação, demonstra este ciclo vicioso a que o Nordeste Paulista parece estar condenado a repetir.

Referências

Ab'Saber, A. N. *Os domínios de natureza no Brasil*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

Andrade, C. R. M. *A peste e o plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito*. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

- Sousa, A. C. V. Martinico Prado: um empresário agrícola no interior paulista. *Revista Histórica*, n. 35, 2009.
- André, R. G. Cafeicultura e degradação ambiental. In: Martinez, P. H. *História ambiental Paulista: temas, fontes, métodos*. São Paulo: Senac, 2019. p. 158-173.
- Bacellar, C. A. Uma rede fundiária em transição. In: Bacellar, C. A.; Brioschi, L. R. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional paulista*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 91-116.
- Benevolo, L. *História da cidade*. 3. ed. Perpectiva: São Paulo, 1997.
- Brioschi, L. R. Fazendas de criar. In: Bacellar, C. A.; Brioschi, L. R. *Na estrada do Anhanguera: uma visão regional paulista*. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 22-90.
- Brito, F. S. R. Abastecimento d'água de Ribeirão Preto: 1912 In: Deminice, D. *A arte de se construir cidades em meio a política local: Ribeirão Preto (1890-1960)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015. p. 219-229.
- Coutinho, L. M. *Biomias brasileiros*. São Paulo: Oficina de Textos, 2016.
- Dean, W. *A ferro e fogo*. A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- Dean, W. *Rio Claro: um sistema brasileiro de grande lavoura, 1820-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- Deminice, D. *A arte de se construir cidades em meio a política local: Ribeirão Preto (1890-1960)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2015
- Galeano, E. *Venas aberta de la America Latina*. Del Chanchito: Montevideo, 1999.
- Garcia, V. E. *Do santo? Ou de quem...* Ribeirão Preto, gênese da cidade mercadoria. 2016. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade de São Paulo, São Carlos, 2013.
- Ibáñez, M. R. Ressignificando a cidade colonial extrativista. Bem Viver a partir de contextos urbanos. In: Dilger, G.; Lang, M.; Pereira Filho, J. *Descolonizar o imaginário*. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- Jorge, J. A vida turbulenta na capital d'oeste: Ribeirão Preto, 1880-1920. *História & Perspectivas*, v. 29-30, 2004.
- Lima, R. C. F. *Projetos de Victor Dubugras para Ribeirão Preto*. 2004. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.
- Monbeig, P. *Pioneiros e fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1984.
- Silva, A. *Expansão urbana e formação dos territórios de pobreza em Ribeirão Preto: os bairros surgidos a partir do núcleo colonial Antônio Prado*. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2008.